

Simpósio Temático: Espaço Público, Cidade e Equidade

Espaços públicos: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade.

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Arquiteto, Doutor

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

Tomados como objeto de investigação, análise e interpretação e ao mesmo tempo colocando-se como objeto de ações projetuais no campo da arquitetura e do urbanismo, os espaços públicos apresentam múltiplos e diversos aspectos que lhes conferem o estatuto de objeto complexo. Por outro lado, como tema de pesquisa, espaços públicos são abordados a partir de diferentes disciplinas que tendem a construir delimitações e definições de seus objetos de investigação de modo independente e relativamente autônomo, segundo os procedimentos e metodologias próprios de suas tradições disciplinares. Colocando-se espaços públicos como termo comum que designa um conjunto de processos complexos e sob o qual se abriga uma multiplicidade de sentidos diversos mas articulados, tais diferentes abordagens têm como consequência a iluminação e elucidação de diferentes aspectos do tema, sem dúvida imprescindíveis para a compreensão da problemática geral que se coloca. Entretanto, os aspectos de interrelação e de articulação entre as categorias de análise utilizadas e entre os resultados produzidos pelas diferentes práticas disciplinares, analíticas ou projetuais, não têm recebido suficiente atenção.

Tendo como referência pesquisa em andamento, esta comunicação procura contribuir para o desenvolvimento de articulações entre os diferentes saberes disciplinares e suas respectivas abordagens em relação a espaços públicos a partir de perspectiva assentada no campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo. Para isso, tomam-se as noções de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade aplicando-as à temática mais particular dos espaços públicos. Estes são compreendidos tanto em sua acepção de esfera pública de representação simbólica e política quanto de espaços físicos concretos e, nesse caso, também como bem público e como territórios de urbanidade. A argumentação é desenvolvida buscando situar a

problemática dos espaços públicos no contexto do urbanismo e da cidade contemporâneos.

Palavras-chave: *espaços públicos, transdisciplinaridade, projeto urbano.*

Abstract

Regarded as subject of investigation, analyses and interpretation as well as an object of design in architecture and urbanism fields, public spaces present multiple and different aspects that allow to understand it as complex events. On the other hand, as a research subject they are approached from different disciplines that tend to build delimitations and definitions of their investigation objects independently and almost autonomous according to its own procedures and methodologies from the disciplinary traditions. Setting the public spaces as a common term that embodies a set of complex processes and that comprises many different but articulated meanings, those different approaches has as a consequence the highlighting of different aspects from the subject necessary to the understanding of the whole theme. However the aspects of the interrelation and articulation between both the categories of analysis and the results produced by different analytical or designing disciplinary practices have not had enough attention.

Based on ongoing research, this communication aims to contribute to the development of articulations between different subjects and their approaches relating to public spaces from the perspective of architecture and urbanism. In order to do that, interdisciplinarity and transdisciplinarity notions are examined applying them to the more specific public spaces theme. Those are considered as their symbolic and political representation as well as concrete physical spaces and so as a public asset and as urban territories. The arguments are developed trying to situate the problematics of public spaces in the cities and urbanism contemporary context.

Keywords: *public spaces, transdisciplinarity, urban design.*

Introdução

Escrevendo a respeito da situação na França em relação à pesquisa sobre espaços públicos, em 1992 Isaac Joseph afirmava que, do ponto de vista da redefinição dos sentidos e dos meios de gestão,

“as investigações sobre o espaço público, de circulação ou comunicação, são inseparáveis da redefinição, nas democracias contemporâneas, das noções de bem público e de bem comum. O espaço público é, com efeito, o primeiro dos bens públicos, quer seja concebido como visibilidade mútua, espaço de encontro ou colocado à disposição de intenções diversas. Como todo bem público, é uma co-produção e o sentido comum que lhe é atribuído (...) necessita ser analisado de modo imanente e sobre os lugares de ação” (JOSEPH, 1992 – tradução própria).

O que será colocado neste texto toma como ponto de referência a compreensão do espaço público ao mesmo tempo como esfera pública e como bem público (JOSEPH, 1992 e 2004; HARVEY, 2002), em seus aspectos materiais e simbólicos, análogo às demais infra-estruturas coletivas presentes nas cidades, constituindo-se, desse modo, como “território da urbanidade” (JOSEPH, 1988, p.25).

Diferentes disciplinas ou especializações dentro de disciplinas têm abordado a problemática dos *espaços públicos*: filosofia política, sociologia e ciência política, psicologia social e ambiental, antropologia, geografia, administração pública, estudos culturais, arquitetura e urbanismo¹.

A diversidade e a complexidade implícita na abordagem contemporânea dos espaços públicos podem ser exemplificadas pela publicação de um conjunto de trabalhos reunidos em livro, resultantes de projeto de pesquisa desenvolvido entre 2005 e 2007 por pesquisadores do PROURB da FAU/UFRJ e da Bauhaus Universität Weimar, que tem por título *Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim* (VAZ, ANDRADE & GUERRA, 2008). O conjunto dos trabalhos é apresentado como “uma visão essencialmente arquitetônico-urbanística de espaço público” (ibid. p. 8) e, sendo a maioria de seus autores afiliada a esse campo de conhecimento, o espaço público é definido como

“um conjunto de ruas e praças, parques e outros espaços urbanos que, a partir da consolidação da propriedade privada da terra, passaram a ser

¹ Uma listagem parcial de trabalhos e autores encontrados na literatura recente pode ser consultada no texto *Investigar espaços públicos – reconstituindo o objeto* (CASTRO, 2010). Referência recente no campo da arquitetura e urbanismo é o trabalho de Sérgio Abrahão (2008).

regulamentados fundamentalmente como espaços públicos, de permanência, circulação e passagem” (ibid. p. 10).

Mesmo partindo dessa definição que procura delimitar o tema a partir do campo de arquitetura e urbanismo, os organizadores afirmam que as relações com as dimensões políticas estariam presentes, pois tais espaços encontram-se inseridos em políticas urbanas. Entretanto, as implicações da problemática dos espaços públicos não se estabelecem apenas em relação ao campo das políticas públicas: articulações com outros campos disciplinares e com outras abordagens possíveis do espaço público ficam sinalizadas nos doze artigos que compõem a publicação, como veremos no próximo parágrafo.

Nessa obra coletiva, a diversidade das abordagens e das argumentações, e a riqueza dos resultados apresentados, por um lado atesta que, dentro de um mesmo campo de conhecimento, a problemática dos espaços públicos apresenta-se multifacetada, permitindo diferentes enfoques e ênfases. Por outro lado, a complexidade do objeto *espaços públicos* fica também evidente, sugerindo o prolongamento e a extensão da pesquisa. Assim, percorrendo os trabalhos apresentados, nos deparamos com diferentes sistemas ou quadros conceituais, reverberando modelos e conceitos às vezes oriundos de outras disciplinas e campos de conhecimento, outras vezes segundo especialidades no próprio campo de arquitetura e urbanismo: territórios, comportamentos, sociabilidades, valores sociais, simbólicos e de representatividade, marketing urbano e de produtos imobiliários, culturas políticas, acessibilidade, valor de uso, sentidos históricos, morfologia e tipologia urbanístico-arquitetônicas, escala, gestão integrada de políticas públicas, segregação urbana, humanização, imagem, identidade, micropolíticas, práticas socioculturais – não necessariamente nessa ordem. Em relação aos autores citados nas referências bibliográficas de cada artigo, pode-se verificar que há um número muito pequeno de repetições, indicando não apenas a diversidade de abordagens, mas também a proliferação de trabalhos que de algum modo abordam a problemática dos espaços públicos. Se examinarmos as referências empíricas a que se reportam os doze artigos, em que pese o fato de serem restritas a duas cidades, constataremos que são também bastante diversas.

A resultados semelhantes chegamos durante o desenvolvimento de projeto de pesquisa em 2009². Nesse projeto, tratava-se de identificar um conjunto de elementos e relações entre processos sociais e formas espaciais constitutivos de espaços públicos³. Tomava-se como objeto empírico um espaço público delimitado – o Largo de Santa Cecília, na área central da cidade de São Paulo e seu entorno – buscando compreender as relações e os processos que ali ocorrem dentro de um contexto urbano mais amplo, tanto em sentido espacial quanto social. Entretanto, esse conjunto de elementos, relações e processos revelou-se muito maior, mais complexo e mais complicado (ou co-implicado) que se percebia ao início da pesquisa. Consequentemente, o objetivo geral que se colocava foi apenas parcialmente alcançado e, em função de seu próprio processo de desenvolvimento, o caráter exploratório da pesquisa foi necessariamente enfatizado. À medida que avançávamos, a cartografia inicial das questões e temas a abordar revelou suas provisoriades e insuficiências, nos dando a sensação de sermos colocados como exploradores em terras incógnitas. Alguns territórios puderam ser reconhecidos, ou seja, parte dos temas e questões pode ser colocada e elaborada de modo satisfatório. Entretanto, inúmeros outros questionamentos emergiram, remetendo a um trabalho de reelaboração teórico-conceitual e de investigação empírica que implicava ultrapassar os prazos e objetivos inicialmente fixados.

Naquela fase de pesquisa, sete temas foram desenvolvidos: formação e transformação, atividades urbanas, mobilidade, aspectos ambientais, leitura e interpretação e aspectos projetuais. A esses foi acrescentado um oitavo, procurando abordar os diferentes aspectos da pesquisa em espaços públicos e as dificuldades a superar. Desde o início do processo a equipe, formada por pesquisadores, colaboradores e estudantes com formação em arquitetura, foi subdividida em unidades e dentro de cada unidade temática foram desenvolvidos formulações e encaminhamentos específicos, cada tema dando origem a pelo menos um artigo ou

² O projeto teve como título *Espaços públicos e urbanismo contemporâneo: processos sociais, formas espaciais*, foi coordenada pelo autor desta comunicação e desenvolvida com apoio do Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA. Os integrantes da equipe bem como o resumo do projeto de pesquisa inicial encontram-se em <http://www.mackenzie.br/17157.html>. A pesquisa está tendo continuidade dentro do grupo *Urbanismo contemporâneo: redes, sistemas e processos* da FAU-Mackenzie, com o projeto apresentado ao Edital MCT/CNPQ 14/2010 – Universal e recentemente aprovado (29/10/2010), cujo título é *Espaços públicos: relações e articulações entre campos disciplinares - teorias e projeto*.

³ Note-se que inicialmente e durante o desenvolvimento da pesquisa, infelizmente não tivemos notícia do trabalho acima citado, apesar do levantamento bibliográfico e de grupos de pesquisa, nacional e internacional. Assim como não tínhamos notícia de publicação coletiva organizada por Alicia Novick sobre temática análoga desenvolvida em relação à cidade de Buenos Aires (NOVICK, 2003), apesar de um texto da autora que faz parte desse livro ter sido publicado no Brasil (NOVICK, 2004).

comunicação. Essas comunicações vêm sendo submetidas e apresentadas em colóquios e simpósios e têm se beneficiado com os comentários e críticas recebidos. Em um desses artigos foi feito um resumo do relatório de pesquisa com a síntese dos resultados, afirmando-se que:

“O que pode ser considerado como um avanço no processo de pesquisa desenvolvido até aqui reside na percepção do espaço público como objeto complexo que, para ser adequadamente compreendido, exige instrumental e métodos de investigação – ainda não satisfatoriamente desenvolvidos – que articulem conceitos, métodos e procedimentos provenientes de diferentes campos disciplinares.” (CASTRO, 2010, p. 11).

A presente comunicação apresenta e discute alguns aspectos de relações e articulações entre disciplinas, desdobrando argumentos que já foram inicialmente colocados em artigos anteriores (CASTRO, 2009 e 2010) e que constituem uma parte da pesquisa em andamento, conforme já mencionado. Na primeira parte, problematiza-se a questão das *disciplinas* recorrendo a um relato de Bruno Latour sobre uma expedição a campo em Roraima. Na segunda parte, assumindo a atividade projetual como fulcro do campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo, discute-se projeto e pesquisa como agenciamento e articulação, para finalmente examinar relações entre disciplinas – principalmente o que se coloca como inter e transdisciplinaridade – com referência ao campo da arquitetura e do urbanismo.

Sobre objetos e disciplinas

Bruno Latour, no segundo capítulo de seu livro *A esperança de Pandora*, narra suas observações sobre uma expedição a campo de equipe composta por uma bióloga-botânica, uma geógrafa-geomorfologista – ambas brasileiras – e dois pedólogos franceses. A expedição teve por objetivo determinar se um tipo de savana – no caso o cerrado brasileiro – avança sobre a floresta amazônica, nas proximidades de Boa Vista em Roraima, ou se é o contrário que ocorre, independentemente das ações humanas. A floresta avança ou recua? – essa é a pergunta. Com o detalhamento adequado a seus objetivos, Latour descreve os procedimentos, os dispositivos, os aparelhos, os elementos, os conceitos, o envolvimento dos pesquisadores, suas instituições e suas disciplinas para ressaltar aquilo que por sua vez lhe interessa: examinar em detalhe as práticas que condicionam o mundo em

palavras, ou seja, “estudar empiricamente a questão epistemológica da referência científica” (LATOUR, 2001, p. 41). Latour aborda o universo pré-construído da ciência e como tal universo – sempre presente nos laboratórios – é transportado para o campo e como, em caminho inverso, as observações, a coleta de materiais e de informações em campo é transportada para o universo da ciência por meio de procedimentos que obedecem a protocolos rigorosos, capazes de realizar sucessivas e também rigorosas codificações e classificações, passando da coleta do material em um sítio/local específico à escrita de um artigo científico – texto, tabelas, diagramas – destinado a ser publicado e a circular globalmente. Compreende-se assim o que Latour denomina como *referência circulante*: a construção de um fenômeno em camadas sucessivas por meio de referências que atravessam uma “longa cadeia de transformações, essa sequência potencialmente infinita de mediadores” (ibid. p. 96) capazes de transportar torrões de argila retirados do solo em Roraima, evidências metamorfoseadas em texto, tabelas e diagramas, procurando dar resposta a uma pergunta que interessa não apenas a botânicos e pedólogos, contribuindo para a resolução de um “interessante conflito cognitivo e disciplinar” (ibid. p. 42), mas também a todos aqueles envolvidos nas questões relativas à preservação/destruição da floresta amazônica – cientistas, políticos, homens de negócios, ambientalistas. Um trecho do relatório científico é reproduzido por Latour:

“O interesse do relatório desta expedição provém do fato de, na primeira fase do trabalho, as conclusões das abordagens botânica e pedológica parecerem contraditórias. Sem a contribuição dos dados botânicos, os pedólogos concluiriam que a savana está invadindo a floresta. A colaboração das duas disciplinas, neste caso, forçou-nos a fazer novas perguntas de pedologia.”
(LATOUR, 2001, p. 85, grifo no original).

Ou seja, a colaboração transversal, isto é não linear, de duas disciplinas operando sistemas e grades conceituais distintas desloca os próprios objetos de ambas as disciplinas para re-constituir um fenômeno, nesse processo reconstituindo ao menos parcialmente as próprias disciplinas de origem pelos laços que estabelece e também o próprio objeto – o campo de relações savana-floresta – que se torna mais complexo. Entretanto, tal transversalidade não implica renunciar ao que é característico e ao que constitui cada disciplina, ou seja, o conjunto dos conhecimentos, procedimentos e práticas disciplinares próprios a cada uma delas. Pelo contrário, a

transversalidade resultante só pode realizar-se a partir da singularidade dessas mesmas disciplinas.

Em seu trabalho sobre métodos e processos de investigação em ciências sociais, Howard Becker, referindo-se a esse relato, destaca que Latour estabelece um protótipo dos procedimentos que fazem com que uma realidade – torrões extraídos de solo brasileiro – é metamorfoseada em outra realidade – torrões colocados em um dispositivo que possibilita comparações sistemáticas⁴ – para em seguida “se tornar mais um objeto real – parte de uma tabela ou diagrama num artigo científico” (BECKER, 2007, p. 75). Está aqui presente, portanto, um processo de constituição de objetos no plano do conhecimento, envolvendo no caso um pequeno conjunto de disciplinas e subdisciplinas e seus especialistas, acrescido de um observador-narrador que participa de todo o processo, ampliando tanto a rede de significados quanto as articulações possíveis dessa expedição para além dos limites disciplinares da pedologia, da botânica, da biologia, da geomorfologia, alcançando os estudos sociais da ciência (antropologia e sociologia) com implicações para o campo da filosofia (epistemologia). Sobre tal processo, Becker afirma ainda que:

“Os objetos, portanto, são acordos sociais congelados, ou melhor, momentos congelados na história de pessoas agindo juntas. O truque analítico consiste em ver no objeto físico diante de nós todas as indicações de como ele ficou daquela maneira, de quem fez o que para que essa coisa exista agora desse modo.”
(BECKER, 2007, p. 76).

Podemos parafrasear a afirmação de Becker, substituindo no texto acima o termo “objeto” por “espaço público”, sem esquecer que além de objeto é também frequentemente compreendido como categoria do pensamento. Teríamos então que examinar um espaço público concreto – um lugar – em um determinado ponto do tempo, como um “acordo social congelado”, procurando entender como ele veio a ser do modo que é, implicando sua configuração espacial atual e passada, os processos que nele ocorreram e ocorrem. Por outro lado, paralelamente e de modo articulado, teríamos que examinar como a própria categoria – ou noção, ou conceito – de espaço público constituiu-se e modificou-se, agora já não mais em relação a apenas um espaço público concreto ou a uma coleção sempre parcial de espaços públicos, mas

⁴ Tal dispositivo é um *pedocomparador*, conjunto de receptáculos de forma cúbica dispostos em uma caixa retangular que permite a disposição ordenada de amostras de solo sistematicamente coletadas *in loco* e seu transporte sem alteração das amostras. Latour faz uma descrição detalhada do emprego do pedocomparador em seu relato (LATOURE, 2001, p. 63-72).

em relação à própria noção de espaço público enquanto generalidade ou categoria que se pretende de aplicação universal. Como então abordar a problemática complexa dos espaços públicos em uma perspectiva que possa enriquecer as abordagens parciais dos diferentes campos de conhecimento / disciplinas?

Multi, inter e trans

Inter e transdisciplinaridade no campo da pesquisa e da formulação de políticas públicas e de desenvolvimento vêm sendo colocadas como práticas de articulação entre saberes disciplinares e disciplinas constituídas para a compreensão de propriedades emergentes de sistemas complexos, os quais solicitam o emprego de métodos combinados de investigação para a compreensão de fenômenos, situações e processos. Ou seja, eventos ou objetos compreendidos como sistemas que apresentam múltiplas variáveis de distinta natureza, além de interações que ultrapassam os limites de fronteiras e compartimentos disciplinares (BRACKEN & OUGHTON, 2008)⁵. Inter e transdisciplinaridade apresentam aspectos complexos, alguns dos quais serão indicados a seguir, com base principalmente em texto de Thierry Ramadier a partir de uma perspectiva assentada na psicologia ambiental (RAMADIER, 2004), sem a pretensão de exaurir o tema.

Os termos multi e pluridisciplinaridade são em geral colocados como equivalentes: diferentes disciplinas justapostas, com suas tradições, conceitos, modelos e métodos próprios “são consideradas complementares no processo de compreensão de um problema” (RAMADIER, 2004, p. 433). Essa abordagem disciplinar apresenta a vantagem de evidenciar aspectos diferenciados do objeto em estudo, respeitando a pluralidade de pontos de vista e colocando-os em relação.

A interdisciplinaridade distingue-se da multidisciplinaridade pela construção de modelos comuns e pela transferência de conceitos e métodos entre disciplinas, ou especialidades dentro de uma mesma disciplina, com o propósito de criar sínteses. Em relação às abordagens disciplinares e multi ou pluridisciplinares, apresenta a vantagem de ampliar a compreensão de eventos e objetos ao mesmo tempo em que preserva a rigorosidade do emprego de métodos e conceitos provenientes das disciplinas de origem mas criando um campo comum de interlocução e de

⁵ Uma seção especial em número da revista *Area* apresentou uma seleção de artigos apresentados em uma conferência do Institute of British Geographers realizada em 2007 sobre o tema “Interdisciplinarity within and beyond geography”. Tais artigos abordam diferentes aspectos das relações entre os conhecimentos produzidos no interior de disciplinas estabelecidas e entre essas disciplinas, com ênfase na geografia (BRACKEN & OUGHTON, 2008).

estabelecimento de consensos localizados sobre eventos que apresentam níveis de realidade distintos e eventualmente conflitantes. Desse modo, ambas as abordagens caracterizam-se por manter-se no âmbito fragmentário do pensamento disciplinar (ibid.).

Para Ramadier, a transdisciplinaridade, ultrapassando os limites do pensamento disciplinar, teria por base o controle de conflitos gerados por paradoxos decorrentes de múltiplos níveis de realidade presentes em eventos e objetos complexos, tendo como objetivo a procura de articulações e evitando a reprodução dos modelos fragmentários e parciais característicos dos campos disciplinares constituídos⁶. Assim:

“[A] transdisciplinaridade simultaneamente combina multidisciplinaridade e interdisciplinaridade para elevar-se acima dessas formas de pensamento. Da multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade herda a compreensão de diferentes realidades. Da interdisciplinaridade, adota o esforço de reinterpretar o conhecimento para reajustar os diferentes níveis de realidade. Desse modo, as três abordagens científicas de disciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade contribuíram para a emergência da transdisciplinaridade. Por exemplo, um planejador urbano atribui a legibilidade de uma cidade a suas características físicas, um sociólogo a atribuirá aos diferentes significados vinculados à experiência dos indivíduos na cidade e um psicólogo prestará atenção ao comportamento dos indivíduos no espaço. Como podemos articular esses diferentes níveis de realidade (física, sociológica, comportamental) para compreender como são construídas as representações cognitivas da cidade?” (ibid. p. 434, tradução própria).

As colocações de Ramadier envolvem questões ontológicas e epistemológicas bastante complexas que não serão discutidas neste momento. Retenhamos dessas colocações que as abordagens inter e transdisciplinar têm como escopo a construção de articulações entre saberes disciplinares compartimentados, com o objetivo de compreender fenômenos e objetos complexos, restituindo sua complexidade. O desafio consiste em combinar e conjugar dois movimentos ou tendências divergentes: o primeiro, disciplinar e rigoroso em métodos e definições conceituais, que tende a reduzir tais objetos e eventos a um conjunto disciplinado e

⁶ Para uma abordagem semelhante das relações entre multidisciplinaridade e transdisciplinaridade nas práticas e no ensino do planejamento urbano no Brasil, consultar o trabalho de Geraldo Magela Costa (2008).

coerente, de tal modo que possa ser encaixado nos limites de uma disciplina, evitando paradoxos; o segundo, que tende a dissipar delimitações e molduras disciplinares sem evitar paradoxos e conflitos, operando por articulações e agenciamentos transversais e desse modo assumindo os riscos da indeterminação.

Projeto e pesquisa como agenciamento e articulação

“Embora utilizado em lingüística, o termo articulação de forma alguma se limita à linguagem e pode ser aplicado não apenas a palavras como também a gestos, artigos, cenários, instrumentos, localidades, testes.” (LATOURE, 2001, p. 165).

Para Latour, *articulação* diz respeito a associações e relações entre elementos, processos e atores. Provisoriamente, podemos compreender um agenciamento⁷ tanto como um estado resultante de um processo de articulações quanto uma ação que promove a conjugação dessas articulações. Ou seja, agenciamentos e articulações são indissociáveis, já que um determinado conjunto de articulações constitui um agenciamento e esse agenciamento não pode ser compreendido sem fazer recurso às articulações que o constituem.

Em outro texto, assinalamos que Luis Saia já em 1956 empregava o termo *agenciamento* em relação à constituição do partido arquitetônico característico das sedes de fazenda do período de expansão da cafeicultura em São Paulo no século XIX (CASTRO e ALVIM, 2008; SAIA, 1972). No memorial descritivo do Plano Piloto para Brasília apresentado no concurso de 1956, tornado público em 1957, em trecho que trata das diferenças de padrão social e da “gradação social” das super-quadras residenciais, Lúcio Costa emprega o termo *agenciamento urbanístico*. O trecho é o seguinte:

“No outro lado do eixo rodoviário residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do

⁷ Os termos agência, agente, ator, em ciências sociais, são empregados com referência a ações, a fazer algo, o que implica alguma intencionalidade e relações de poder – o poder fazer algo (GIDDENS, 2009). Empregamos aqui o termo agenciamento de modo provisório e em seu sentido geral de combinação, arranjo, montagem.

maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau de requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. (COSTA, 1956/1957, p. 13-14, reproduzido em BRAGA, 2010, p. 173-4, ênfase no original).

Na acepção com que Luis Saia o utiliza, o termo agenciamento refere-se às articulações complexas entre técnicas de produção agrícola de alimentos, arranjos espaciais e produtivos, edificações, operações, máquinas e relações sociais de produção entre indivíduos, grupos e classes sociais que se concretizavam no terreiro de café, o componente que acaba por ser determinante no partido arquitetônico das fazendas de café em território paulista. No texto de Lúcio Costa, o termo refere-se em primeiro lugar ao arranjo espacial e formal das superquadras em unidades habitacionais, mas não apenas⁸. No trecho reproduzido acima encontramos também um conjunto de elementos e processos que a forma espacial pretende articular em um novo agenciamento: os processos econômicos de valorização fundiária pela maior acessibilidade e visibilidade das quadras contíguas à rodovia, considerados “naturais”; os processos de diferenciação e segregação socioespaciais do “regime vigente” que devem ser neutralizados, inclusive a produção de favelas, não apenas pela disposição urbanística mas pela intervenção pacificadora do Estado (no caso, a Companhia Urbanizadora); e a diferenciação arquitetônica das habitações e seu agrupamento compreendidos em termos de uma função comum, admitidas variações apenas na quantidade de espaço disponível por indivíduo ou família, nos materiais empregados e no “requinte do acabamento”.

Assim, no âmago do projeto arquitetônico ou urbanístico encontramos a intenção de promover ou construir novas articulações entre componentes, atores e processos, constituindo novos agenciamentos, produzindo novas formas espaciais e também novas territorialidades, compreendidas estas últimas como processos dinâmicos de produção e manutenção de territórios (KÄRRHOLM, 2007). Podemos então formular as seguintes questões: em relação a espaços públicos existentes e a projetos de espaços públicos, o que se articula, o que se agencia e o que se territorializa? Como? Para que? Para quem?

⁸ Observe-se que Lúcio Costa no projeto de Brasília retoma e recria o próprio conceito de superquadra inicialmente proposto por Clarence Stein e Henry Wright no projeto para Radburn, retomado por Clarence Perry na conceituação das unidades de vizinhança nos anos de 1920, e incluídas na Carta de Atenas de 1943. (EL-DAHDAH, 2005).

Tratando da relação entre produção de territórios e espaços públicos, Mattias Kährholm faz uma afirmação com a qual plenamente concordamos e que consideramos de grande importância para o campo da arquitetura e do urbanismo:

“A ideia de complexidade territorial abre-se para uma discussão da materialidade e da vida cotidiana do espaço público. [...] O espaço público é uma questão de projeto material, indicando que esse projeto material e espacial deve ser sempre reconhecido como uma questão de importância política” (KÄRRHOLM, 2007, p. 448, tradução própria).

Derivando das questões acima colocadas, podemos avançar no sentido de indagar quais componentes e processos explícitos e implícitos em um projeto devem ser articulados e agenciados – materiais, espaciais, formais – para que um espaço público sirva como suporte para as mais diversas produções territoriais, potencializando sua acessibilidade para diferentes grupos e usos e minimizando os processos de interdição e segregação.

Conclusões

Colocando-se no campo da arquitetura e do urbanismo e focalizando a investigação sobre espaços públicos, a argumentação aqui desenvolvida coloca pressupostos e suscita questões endereçadas, ao mesmo tempo e indissociavelmente, tanto às atividades de pesquisa quanto às atividades do projeto, ambas compreendidas como atividades criadoras. Pode ser resumida no seguinte desafio: como articular e agenciar, ao mesmo tempo, projeto e pesquisa em perspectiva inter e transdisciplinar, de modo que tais articulações e agenciamentos correspondam à complexidade dos processos e objetos aos quais se dirigem.

O que então se coloca ao campo da arquitetura e urbanismo – podendo ser estendido a todos aqueles que lidam com projetos compreendidos como virtualidades ou como antecipação de atualizações possíveis a serem inscritas no mundo⁹ – não é a renúncia a seu instrumental projetual singular, substituindo-o por grades conceituais oriundas de outras disciplinas ou campos de conhecimento. Não se trata de rejeitar a atividade projetual e a ideia de projeto para colocar em seu lugar modelos, grades conceituais, metodologias ou práticas investigativas oriundas ou derivadas de outros campos disciplinares, mas de integrá-las em processos colaborativos e articulados.

⁹ Ou seja, o *design* em sentido amplo.

Muito menos trata-se de negar a figura do arquiteto ou do urbanista enquanto tal – ou seja, o arquiteto-arquiteto, o arquiteto-urbanista ou o urbanista-urbanista – para colocar em seu lugar o arquiteto-historiador, o urbanista-filósofo ou sociólogo, o arquiteto-crítico-curador, o antropólogo-jornalista-urbanista, o arquiteto-burocrata-gestor e outras inúmeras combinações possíveis. Diga-se de passagem, todas essas inúmeras figuras existem, atuam e são legítimas. O que se propõe na pesquisa que ora realizamos é contribuir no sentido de enriquecer o campo de conhecimento de quem lida com atividades projetuais – arquitetos, urbanistas, designers. Tal movimento rejeita a sedução do confinamento ao casulo de uma disciplina que postule, simplesmente, o domínio e a criação de mundos pela redutora ordenação geométrica de formas, técnicas, pessoas e processos. Lembrando que a racionalidade de uma disciplina e mesmo a racionalidade do projeto será sempre uma das muitas racionalidades possíveis, trata-se de desenvolver articulações mais densas e mais complexas com outros campos de conhecimento, tanto no âmbito das práticas projetuais concretas quanto no âmbito da produção de conhecimentos por meio de pesquisa.

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, Sérgio Luis. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.
- BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.
- BRACKEN, L. J.; OUGHTON, E. A. Interdisciplinarity within and beyond geography: introduction to Special Section. In *Area*, (2009) 41.4, p. 371–373.
- BROWN, S. D.; CAPDEVILA, R. Perpetuum mobile: substance, force and the sociology of translation. In LAW, J. & HASSARD, J. (eds). *Actor-network theory and after*. Oxford (UK): Blackwell, 1999, p. 26-50.
- CASTRO, L. G. R. Investigar espaços públicos – reconstituindo o objeto. In *Anais do SILACC 2010 – Simpósio Ibero Americano “Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas”*. São Carlos (SP): EESC-USP, Departamento de Arquitetura, 2010, p. 1-15. CD-ROM.
- _____. Espaços públicos como híbridos: qual situação, qual posição? In: ZEIN, Ruth (org.). *Projeto como investigação: antologia*. São Paulo: Altermarket, 2009, p 1-17. CD-ROM. (Contribuições ao Seminário IV PROJETAR, 13-16 de outubro 2009, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo).

CASTRO, L.G.R.; ALVIM, A.T.B. Territórios de urbanismo. In: 4º Fórum de Pesquisa – Anais. São Paulo:FAUMackenzie, 2008, p. 1-12. CD-ROM.

COSTA, Geraldo Magela. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

EL-DAHDAH, Farès (ed.). Lucio Costa Brasilia's Superquadra. Munich: Prestel, 2005.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009 [1984].

HARVEY, David. Social justice, postmodernism and the city. IN FAISNTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott. Readings in Urban Theory. Malden (USA)/Oxford(UK), 2002, p. 386-402. Publicado originalmente em International Journal of Urban and Regional Research, 16, 588-601, 1993.

JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem e coisa pública. In Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano XVIII, n. 1 e 2 jan/dez 2004, p. 35-90.

_____. L'espace public comme lieu de l'action. IN Espaces Publics - Annales de la Recherche Urbaine n°57-58 - déc. 1992. Disponível em <http://www2.urbanisme.equipement.gouv.fr/cdu/datas/annales/joseph.htm>. Acesso em 17/7/2007.

_____. El transeunte y el espacio urbano. Ensayo sobre la dispersión del espacio urbano. Buenos Aires; Barcelona: Ed. Gedisa, 1988.

KÄRRHOLM, Mattias. The materiality of territorial production: a conceptual discussion of territoriality, materiality, and the everyday life of public space. Space and Culture 2007; 10; 437. Disponível em <http://sac.sagepub.com> por meio do Portal CAPES. Acesso em 12/03/2009.

LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NOVICK, Alicia (ed.). Las dimensiones del espacio público. Problemas y proyectos. Buenos Aires: Subsecretaría de Espacio Público y Desarrollo Urbano / Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2003.

NOVICK, Alicia. Espaços públicos e projetos urbanos. Oposições, hegemonias e questões. In Arqtextos 054, nov. 2004. Disponível em <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.054/524/pt>. Acesso em 05/11/2009.

RAMADIER, Thierry. Transdisciplinarity and its challenges: the case of urban studies. In Futures 36 (2004) pp. 423–439.

SAIA, Luis. Economia de sobremesa. In: Morada paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972. [reedição de artigo publicado em 1957]

VAZ, L. F.; ANDRADE, L. S.; GUERRA, M. W. (org.). Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.